

	NORMA IT - 004/2019 – GOINFRA GARANTIA QUINQUENAL DE OBRAS RODOVIÁRIAS	CÓDIGO	
		IT - 004/2019	
		EMISSÃO	FOLHA
		JUN/2019	1 de 11

TÍTULO	NORMA IT - 003/2019 – GOINFRA GARANTIA QUINQUENAL DE OBRAS RODOVIÁRIAS
PALAVRAS-CHAVE	NORMA
DIRETORIA INTERESSADA	Diretoria de Obras Rodoviárias
DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes. GOINFRA - IT - 003/2017.
SERVIÇOS RELACIONADOS	Recebimento de obras.

	NORMA IT - 004/2019 – GOINFRA GARANTIA QUINQUENAL DE OBRAS RODOVIÁRIAS	CÓDIGO	
		IT - 004/2019	
		EMISSÃO	FOLHA
		JUN/2019	2 de 11

SUMÁRIO

1 – OBJETIVOS.....	3
2 – REFERÊNCIAS	3
3 – DEFINIÇÕES.....	4
4 – FUNDAMENTAÇÃO.....	5
5 – CONTROLE DO DESEMPENHO.....	6
6 – INSPEÇÕES PERIÓDICAS (OBRAS RODOVIÁRIAS).....	6
7 – NOTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS E PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	7
8 – ENCAMINHAMENTO PARA AÇÃO JUDICIAL.....	8
9 – ORIENTAÇÕES FINAIS.....	9
ANEXO I – FORMULÁRIO PARA INSPEÇÃO DA QUALIDADE PARA OBRAS RODOVIÁRIAS	
ANEXO II – FLUXOGRAMA - GARANTIA QUINQUENAL DE OBRAS RODOVIÁRIAS	

	NORMA IT - 004/2019 – GOINFRA GARANTIA QUINQUENAL DE OBRAS RODOVIÁRIAS	CÓDIGO	
		IT - 004/2019	
		EMISSÃO	FOLHA
		JUN/2019	3 de 11

Estabelece parâmetros para o monitoramento da qualidade das obras rodoviárias, durante o seu período de garantia, bem como para acionamento dos responsáveis pela reparação dos defeitos, e foi elaborada em consonância com a legislação e normas pertinentes.

1 – OBJETIVOS

Esta Orientação Técnica visa estabelecer parâmetros para as avaliações de qualidade das obras rodoviárias a cargo da GOINFRA, durante o seu período de garantia, mais notadamente nos cinco anos de responsabilidade objetiva dos executores, bem como elementos para acionamento dos responsáveis pela reparação dos defeitos.

2 – REFERÊNCIAS

As leis, normas, atos e demais publicações a seguir relacionados foram especialmente considerados na edição desta Instrução Técnica, sem prejuízo de outros ordenamentos da legislação nacional.

BRASIL. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.


CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos. V. 5, 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IBRAOP. OT-IBR 003/2011. Garantia Quinquenal de Obras Públicas. 1. ed, 2011.

NOGUEIRA, Carnot Leal. Auditoria de Qualidade de Obras Públicas. 1. ed. São Paulo: Pini, 2008.

	NORMA IT - 004/2019 – GOINFRA GARANTIA QUINQUENAL DE OBRAS RODOVIÁRIAS	CÓDIGO	
		IT - 004/2019	
		EMISSÃO	FOLHA
		JUN/2019	4 de 11

OLIVEIRA, Pedro Jorge Rocha de. Obras Públicas: tirando suas dúvidas. 1. ed. Belo Horizonte: Forum, 2010.

MATO GROSSO, TCE. Auditoria de qualidade em obras rodoviárias: a atuação do Tribunal de Contas de Mato Grosso em 2010. Cuiabá, MT. Central de Texto: 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito de Construir. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

PESSOA JÚNIOR, Elci, et. al. Auditoria de engenharia: uma contribuição do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Recife: CEPE, 2005.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

3 – DEFINIÇÕES

Para efeito desta Instrução Técnica, conceitua-se:

3.1 Garantia Quinquenal: período de 5 anos, definido pelo art. 618 do Código Civil, no qual os executores têm responsabilidade objetiva pelos defeitos verificados nas obras.


3.2 Responsabilidade Objetiva: aquela que estabelece que as pessoas jurídicas de direito público ou privado responderão diretamente pelos danos causados a terceiros, independentemente de dolo ou culpa.

3.3 Excludentes de Culpabilidade: são situações que, quando devidamente provadas, afastam qualquer responsabilidade do agente, inclusive a responsabilidade objetiva. São elas tão somente: caso fortuito, motivo de força maior, culpa exclusiva de terceiros e inexistência do defeito.

3.4 Caso Fortuito e Motivo de Força Maior: são acontecimentos imprevisíveis, inevitáveis e estranhos à vontade das partes.

3.5 Obrigação de Fazer: é uma prestação não financeira exigida pelo autor numa demanda judicial, na qual, nos termos dos art. 632 e 633 do Código de Processo Civil, o devedor é citado para satisfazer a obrigação no prazo que o juiz assinalar.

3.6 Valor da Causa: é a correspondência financeira da prestação exigida pelo Autor numa demanda judicial. Trata-se de informação essencial nos processos judiciais, fornecida pelo Autor logo na petição inicial.

	NORMA IT - 004/2019 – GOINFRA GARANTIA QUINQUENAL DE OBRAS RODOVIÁRIAS	CÓDIGO	
		IT - 004/2019	
		EMISSÃO	FOLHA
		JUN/2019	5 de 11

3.7 Empreiteiro: para efeitos desta Instrução Técnica consideram-se empreiteiro, o executor e o contratado.

4 – FUNDAMENTAÇÃO

4.1 O controle da Administração Pública sobre o desempenho das obras recebidas é assegurado fundamentalmente pelo art. 618 do Código Civil, o qual impõe que nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais como do solo.


4.2 Tal controle também é assegurado pelo art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/93, Lei de Licitações e Contratos, que determina: “O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato”.

4.3 A aplicação do Código Civil aos contratos da Administração Pública é assegurada pelo art. 54 da Lei nº 8.666/93, que dispõe: “Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado”.

4.4 A responsabilidade por defeitos precoces nas obras atinge também os projetistas ou empresas de consultoria, por falhas ou omissões nos projetos, ainda que estes tenham sido recebidos e aprovados pela Administração Pública.

4.5 A notificação aos responsáveis por quaisquer defeitos verificados em obras públicas, durante o prazo quinquenal de garantia, é assegurada em função da sua responsabilidade objetiva, determinada pela lei, cabendo a estes as eventuais provas de excludência de culpabilidade, que devem se limitar tão somente às alegações de: caso fortuito, motivo de força maior, culpa exclusiva de terceiros e inexistência do defeito.

4.6 Os Gestores Públicos, durante o prazo quinquenal de garantia, são obrigados a notificar os responsáveis pelos defeitos verificados nas obras públicas. Sua omissão ou a realização de quaisquer despesas para as correções, sem observância dos procedimentos tratados nesta Orientação Técnica, são tipificadas pelo art. 10 da Lei nº 8.429/92, Lei de Improbidade Administrativa, que define: “Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou

	NORMA IT - 004/2019 – GOINFRA GARANTIA QUINQUENAL DE OBRAS RODOVIÁRIAS	CÓDIGO	
		IT - 004/2019	
		EMISSÃO	FOLHA
		JUN/2019	6 de 11

culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei”.

5 - CONTROLE DO DESEMPENHO

5.1 Para garantir o direito de acionar os responsáveis pelos vícios construtivos, a GOINFRA deve implementar controle sobre o desempenho das obras contratadas e recebidas.

5.2 O controle sobre o desempenho deve permanecer, em regra, até o término da garantia quinquenal estabelecida pelo art. 618 do Código Civil.

5.2.A O início da garantia quinquenal coincide com a data de recebimento parcial ou definitivo da obra, nos termos da norma IT - 003/2019 – GOINFRA.


5.2.B Determinadas obras ou serviços, por sua natureza ou prazo de validade dos próprios materiais empregados, não são garantidos pelo prazo de cinco anos estabelecidos em lei, devendo ser monitorados durante os períodos próprios de sua vida útil. São eles, exemplificativamente: serviços de capinação, roço/roçada, limpeza e desobstrução de dispositivos de drenagem, pintura (sinalização) de faixas de rodovias ou vias urbanas e pintura de edificações.

5.3 Ainda que ultrapassado o período de garantia quinquenal, a GOINFRA pode notificar os responsáveis pelos defeitos constatados nas obras para que os corrijam sem ônus ao Erário. Para isso, deve averiguar se o empreendimento ainda se encontra dentro do seu período de vida útil e realizar uma inspeção mais detalhada, uma vez que passará a assumir o ônus da prova.

5.4 A GOINFRA deve realizar avaliações periódicas da qualidade das obras, após seu recebimento, a cada 12 (doze) meses, até o 5º ano após o seu recebimento. Pode ser aumentada a frequência das avaliações conforme a conveniência da administração.

6 - INSPEÇÕES PERIÓDICAS (OBRAS RODOVIÁRIAS)

6.1 As inspeções das obras devem ser realizadas por profissionais habilitados (engenheiro da Gerência de Manutenção da GOINFRA ou da supervisora da manutenção, se houver, com coordenação do engenheiro da GOINFRA responsável pela regional da rodovia), com experiência suficiente para reconhecer os diversos tipos de defeitos e avaliar se são de fato precoces.

	NORMA IT - 004/2019 – GOINFRA GARANTIA QUINQUENAL DE OBRAS RODOVIÁRIAS	CÓDIGO	
		IT - 004/2019	
		EMISSÃO	FOLHA
		JUN/2019	7 de 11

6.2 Os profissionais precisam ir a campo munidos dos instrumentos necessários à identificação, localização e registro dos defeitos, de acordo com a obra a ser avaliada.

6.3 Todos os defeitos encontrados devem ser individualmente referidos em formulários próprios, para cada tipo de obra, como exemplificativamente o constante no Anexo I desta norma.

6.3.1 Os formulários de registro devem indicar, com precisão adequada, a localização e a espécie de cada defeito encontrado.

6.3.2 Os defeitos que sejam flagrantemente decorrentes de caso fortuito, motivo de força maior ou culpa exclusiva de terceiros não devem ser relatados para notificação aos executores da obra, posto que caberão à GOINFRA as suas correções. Não obstante, estes devem constar nos formulários com uma legenda que os relacione às cláusulas de exclusão de culpabilidade aplicáveis.

6.4 Os profissionais devem, ainda, realizar registro fotográfico de cada tipo de defeito relatado.

6.5 A Gerência de Manutenção Viária da Diretoria de Manutenção ficará responsável pela elaboração de cronograma de vistoria das obras recebidas e que se encontram em garantia quinquenal. Este cronograma deverá ser elaborado preferencialmente no mês de janeiro de cada ano.


7 - NOTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS E PROCESSO ADMINISTRATIVO

7.1 Concluídos os procedimentos de campo e havendo defeitos anotados, a GOINFRA deve instaurar, de imediato, o competente processo administrativo, que se iniciará com a notificação extrajudicial do empreiteiro responsável.

7.1.1 A notificação deve ser acompanhada dos formulários com os registros de todos os defeitos encontrados e das fotografias exemplificativas.

7.1.2 Na notificação deve ser estabelecido um prazo para o início dos serviços de correção dos defeitos, excluindo-se os que estejam relacionados a cláusulas excludentes de culpabilidades, ou para a apresentação da defesa.

7.2 Caso a empreiteira responsável se comprometa a executar as reparações, a mesma deve se certificar de que as soluções apresentadas são as mais adequadas para garantir que os serviços não sejam meramente paliativos, ou seja, que durem por toda a vida útil da obra. Após a correção dos

	NORMA IT - 004/2019 – GOINFRA GARANTIA QUINQUENAL DE OBRAS RODOVIÁRIAS	CÓDIGO	
		IT - 004/2019	
		EMISSÃO	FOLHA
		JUN/2019	8 de 11

defeitos, a contratada continua responsável pela qualidade dos serviços até o fim da garantia quinquenal, inclusive pelos serviços objeto de reparos.

7.2.1 A fiscalização dos serviços de correção dos defeitos será feita preferencialmente pelo gestor do contrato e a contratada providenciará o controle tecnológico, em consonância com as normas vigentes, imprescindível para a aceitação dos mesmos.

7.3 Caso a empreiteira responsável encaminhe uma peça de defesa, a GOINFRA deve verificar se todos os defeitos relacionados foram objeto de contra-argumentos e se aquela restringiu sua tese às quatro excludentes de culpabilidade.

7.3.1 Após a análise da peça de defesa, a GOINFRA deve emitir relatório técnico que, concluindo pela sua procedência, recomende o arquivamento do processo, ou, concluindo pela improcedência, fundamente nova notificação ao executor, desta feita para o início imediato dos serviços.

7.3.2 Essa nova notificação informará a empresa de que a defesa foi rejeitada e de que deverá ser dado início aos serviços em um prazo máximo de 15 dias corridos.


7.4 A instauração ou instrução do Processo Administrativo não impede que, em casos urgentes, a GOINFRA execute os serviços de reparação. Nesse caso, deve comunicar previamente o fato à empreiteira responsável para posterior ressarcimento.

8 ENCAMINHAMENTOS PARA AÇÃO JUDICIAL

8.1 Caso a empreiteira não inicie no prazo estipulado os serviços solicitados (subitens 7.1.2 ou 7.3.1) ou deixe de apresentar a competente peça de defesa (subitem 7.1.2), a GOINFRA deve encerrar o Processo Administrativo, concluindo pela responsabilização do executor, e remetê-lo para a Advocacia Setorial, solicitando a demanda do devido processo judicial.

8.1.1 Considerando que os defeitos observados nas inspeções normalmente se agravam com o passar do tempo, deve-se solicitar que a Advocacia Setorial pleiteie uma obrigação de fazer ao invés da indenização pelo valor da causa.

8.1.2 Dado o regular transcurso do processo administrativo e a urgência em se iniciarem os reparos, uma vez que sua postergação acarreta o agravamento dos defeitos e perigo ou desconforto aos usuários, o ofício de notificação deve também requisitar um pedido de antecipação de tutela e a arbitragem de uma multa diária pelo não cumprimento.

	NORMA IT - 004/2019 – GOINFRA GARANTIA QUINQUENAL DE OBRAS RODOVIÁRIAS	CÓDIGO	
		IT - 004/2019	
		EMISSÃO	FOLHA
		JUN/2019	9 de 11

8.2 A instauração ou instrução do Processo Judicial não impede que, em casos urgentes, a GOINFRA execute os serviços de reparação. Neste caso, deve comunicar previamente o fato, informando do respectivo orçamento, à Advocacia Setorial, para que tome todas as providências legais que assegurem o posterior ressarcimento dos custos.







9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1 A GOINFRA deve manter arquivados, referentes a cada obra contratada, os correspondentes elementos documentais:

- Projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, caderno de encargos, “as built” e orçamento, todos devidamente assinados pelos responsáveis técnicos com os correspondentes registros de responsabilidade técnica;
- Registros de responsabilidade técnica de execução e de fiscalização, emitidos junto ao conselho profissional competente;
- Resultados de todo o controle tecnológico, exigido nas Normas Técnicas vigentes, realizado durante a execução da obra, inclusive as fichas referentes a cada ensaio;
- Termos de Recebimento provisório e definitivo;
- Contratos e aditamentos;
- Diário de Obra (ou Livro de Ordem);
- Notificações e expedientes emitidos e recebidos;
- Relatórios de inspeções periódicas, após o recebimento da obra.

9.2 Não obstante a autoaplicabilidade do dispositivo legal, recomenda-se que a GOINFRA faça constar, nos editais e minutas de contrato, menção expressa ao art. 618 do Código Civil.

**ANEXO I – FORMULÁRIO PARA INSPEÇÃO DA QUALIDADE PARA OBRAS
RODOVIÁRIAS**

LAUDO DE INSPEÇÃO						Nº: ____ / ____	
Obra:				Concluída em: ____ / ____ / ____			
Executor:				Contrato nº: ____ / ____			
Local:							
Inspeções anteriores:		____ / ____ / ____;		____ / ____ / ____;		____ / ____ / ____;	
DEFEITOS VERIFICADOS							
Odom.			1,4			2,8	
0,2			1,6			3,0	
0,4			1,8			3,2	
0,6			2,0			3,4	
0,8			2,2			3,6	
1,0			2,4			3,8	
1,2			2,6			4,0	
Remendo		Escorreg. de aterro		Drenagem danificada	dd		
Panela	P	Revestimento desgastado		Erosão	E		
Afundamento		Fissuras no rev. asfáltico					
Trilha de rodas		Exsudação trecho em curva	X				
Equipe técnica:				Data inspeção:		____ / ____ / ____	

ANEXO II – FLUXOGRAMA - GARANTIA QUINQUENAL DE OBRAS RODOVIÁRIAS

